

Associação LocalsApproach: projetos participados de desenvolvimento local

Entrevista por Isabel Raposo e Sílvia Jorge (GESTUAL)

O Gonçalo Folgado e o João Martins, atuais dirigentes da LocalsApproach¹, concluíram o mestrado de Urbanismo na Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa, em 2012. Inquietos com o devir da cidade e atentos às desigualdades expressas no território que circundava a faculdade, desde os primeiros anos da sua formação, venceram juntamente com outros colegas as barreiras socioculturais e físicas que os separavam do bairro vizinho, o 2 de Maio, e interagiram em conversas informais com os seus moradores, em grande parte de etnia cigana. A vontade de intervir nestes territórios às margens da cidade urbanizada e em estreito diálogo com os moradores, levou-os a criar o u:iclc (instrumento criativo pela liberdade do conhecimento), um grupo informal de jovens universitários que

se entreajudavam nos trabalhos académicos, debatiam e questionavam os conhecimentos adquiridos em tertúlias improvisadas, festejavam a vida e imaginavam um futuro criativo e colaborativo obrando no terreno da cidade. Foi com toda a sua vontade de fazerem um urbanismo mais humanista que apoiaram o diagnóstico participado e discutido com os atores locais sobre o Bairro 2 de Maio, realizado em Dezembro de 2011 por um grupo de alunos do Mestrado Erasmus Mundus EURMed. No final desse ano, souberam aproveitar o desafio lançado através de uma candidatura a um projeto BIP/ZIP sobre o mesmo bairro, iniciando dessa forma uma outra maneira de fazer cidade: entusiasta e festiva, interativa e partilhada, criativa, sustentável e empoderadora.

Gestual: Quando e como surge a LocalsApproach?

Gonçalo Folgado (GF) – A Locals foi fundada em 2014, com base num grupo informal de amigos que partilhavam valores idênticos, estudantes da Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa, o u:iclc. Tínhamos tido a experiência de um projeto BIP/ZIP de intervenção local, o “2 de Maio, todos os dias”, e sentimos necessidade de nos formalizarmos para melhorar a qualidade de intervenção e integrar outros temas e abordagens, a partir da dimensão espacial onde tudo acontece.

João Martins (JM) – Também por uma questão de responsabilidade. Enquanto grupo informal, já assumíamos no terreno responsabilidades administrativas, de facilitação de contactos e de aplicação de metodologias participativas, mas queríamos ser reconhecidos como associação. Foi uma transição suave porque mantivemos o espírito da informalidade, que constitui a gema preciosa do grupo.

Gestual: Até que ponto a vossa formalização, com a passagem da u:iclc para a Locals, contribuiu para a vossa autonomia e para o

desenvolvimento do trabalho que pretendem realizar?

JM – Há coisas que ganhámos e outras que perdemos. Perdemos uma certa liberdade de ser um grupo informal, pois gastamos muito tempo com burocracias, certidões e afins, com a contabilidade...

GF – Perdemos liberdade e ganhámos liberdade.

JM – Ganhámos maior visibilidade, que não é aquilo em que mais apostamos. Mas conseguimos novos contactos, que permitem a partilha de diferentes visões e ideias, e convidámos novas pessoas a fazerem parte da Associação. Se nos mantivéssemos apenas como um grupo de amigos, provavelmente estaríamos mais fechados sobre nós próprios.

Gestual: Quais os valores que vos unem enquanto coletivo?

GF – Queremos deixar a nossa pegada e partilhar aquilo em que acreditamos: o fim das assimetrias sociais, a luta pela igualdade, quer seja de classe, de género ou de tudo o que possa vir

¹ Associação sem fins lucrativos voltada para a promoção de ações de desenvolvimento local, assentes em projetos participativos. Mais informação disponível em: <http://www.localsapproach.org/>

a ser discriminatório. Defendemos a *igualdade de oportunidades*, a nível individual e coletivo. O que nos move é que todos tenham acesso às mesmas oportunidades. À medida que o tempo passa, vamos ganhando uma visão cada vez mais holística e abrangente, mas tudo começou pelo *espaço* – da arquitetura e do urbanismo –, que influencia o mundo que nos rodeia e vice-versa.

JM – Os nossos valores têm a ver com a transformação espacial e com um desenvolvimento sustentável, da sociedade e do indivíduo.

GF – Queremos resolver os problemas com base na participação das pessoas. É importante definir o que é a participação, com quem e para quem. Nós queremos uma participação holística, das pessoas singulares e coletivas, dos representantes do Estado, do setor privado, dos atores do terceiro setor e do setor quaternário das TICs, se porventura este se concretizar. Nas nossas reuniões iniciais definimos três pilares de intervenção: (1) transformar para melhorar; (2) conhecer e informar, ou seja, transmitir e adquirir conhecimento e voltar a transmiti-lo, numa ótica de transformação recíproca; e (3) integrar todos os atores envolvidos no processo de transformação.

Gestual: Tendo em conta que vocês eram todos alunos da Faculdade de Arquitetura, o que vos levou a refletir sobre esses temas e questões?

GF – Primeiro foi compreender como o *mainstream* da *arquitetura* estava a funcionar. Começámos a perceber que, nem técnica, nem eticamente, nos revíamos no que se estava a ensinar e a transmitir na faculdade: (i) tecnicamente, perdemos o jeito artesanal de fazer as coisas, de aproveitar os recursos que temos à mão, ou seja, passámos a estar todos conectados na mesma esfera da globalização, como se uma abordagem ou opção utilizada no Alto Douro pudesse ser trazida de Nova Iorque – a arquitetura enquanto produto social, associada a um lugar, está a esvaziar-se; (ii) eticamente, começámos a perceber que éramos só mais umas rodinhas, peças descartáveis, da engrenagem dos *ateliers*.

Na faculdade, destacamos a cadeira orientada pela Isabel Raposo, “O Urbanismo nos Países em Desenvolvimento”, que nos permitiu um pouco “abrir os olhos” e perceber que há um conjunto de ferramentas que podem ser aplicadas em diversos contextos, para diminuir as assimetrias

e desigualdades sócio-espaciais. A partir daí, o salto para o Bairro 2 de Maio, vizinho da faculdade, foi simples. Lembro-me muito bem do dia em que fomos ter com a Isabel e lhe falámos do nosso interesse em trabalhar no Bairro e fazer uma proposta de intervenção. Começámos a ir ao Bairro e a ouvir as pessoas. No nosso primeiro contacto com o Bairro, colocávamos questões muito simples: O que se passa aqui? O que é que vocês fazem? Porque é que o Bairro está assim?

O Bairro 2 de Maio foi o nosso primeiro amor. Nesse primeiro contacto, percebemos que podíamos funcionar como mediadores e facilitar a comunicação entre os estudantes, a comunidade e os atores locais. As relações que então se estabeleceram com os moradores permanecem até hoje. Eles deixaram de ser estranhos, passaram a ser nossos amigos. Criaram-se laços muito fortes, muito distintos da perspetiva objetiva e distanciada do território que o *mainstream* defende. Esta relação entre o técnico e a comunidade local nem sempre é bem vista. Foi o caso em Turim, num workshop com colegas arquitetos-urbanistas, em que propusemos uma observação participante e metodologias participativas, mas fomos muito criticados e a abordagem muito desvalorizada. Acreditamos que o trabalho que estamos a fazer é a condição para um urbanismo mais humanista. Hoje continuamos a seguir a mesma abordagem, embora com outro grau de complexidade, pois envolve também o poder local, o governo e o setor privado.

JM – Na Faculdade há pelo menos quatro ou cinco professores que foram e são fundamentais para aquilo que penso hoje. Uma delas foi a Isabel Raposo. Com a sua optativa “Urbanismo nos Países em Desenvolvimento”, abriu-se-me todo um novo mundo. A outra foi a Sofia Morgado, pela importância da arquitetura e do desenho do espaço, enquanto elementos que podem beneficiar as vidas das populações. Os outros professores foram o Pedro George e o João Rafael, pelas questões associadas à realidade e ao concreto do urbanismo. Destaco também a Manuela Mendes, da área da sociologia, pelo acompanhamento que nos deu. Estas pessoas têm formas de ensinar distintas, mas, no conjunto, ajudaram-me a pensar.

GF – Queria só acrescentar que a Sofia Morgado foi a primeira pessoa da Faculdade que nos mostrou que não havia um manual para fazer arquitetura ou desenho urbano: “Sintam o terreno com a vossa sensibilidade e transmitam o que entenderem. Pode ser através de uma ma-

queto, de um texto, de uma poesia ou dança, mas sintam e tragam-me isso de volta”. Nesse grupo de professores, quero também acrescentar a Teresa Sá, porque a sua cadeira “Antropologia do espaço” no primeiro ano foi, para mim, determinante. Quando nos deu a conhecer o Marc Augé e o Levi Strauss, comecei a perceber que no trajeto entre a casa e a faculdade e vice-versa era apanhado numa corrente mecânica: casa-autocarro-metro-torniquete-metro-torniquete-autocarro-faculdade; faculdade-autocarro-torniquete-metro-torniquete-autocarro-casa. Também não me posso esquecer do Costa Lobo, pela questão da tramitação processual e da flexibilidade do planeamento, mas também pelo humanismo que ele imprimia nos trabalhos que fazia, na sua perspetiva meio infantil. O Costa Lobo parecia uma criança a jogar com os adultos o jogo dos adultos. E ganhava!

Outras referências teóricas são o *Direito à Cidade*, de Lefebvre, a *Reinterpretação*, de David Harvey, o *Urbanismo depois da crise*, de Alain Bourdin, e também o pensamento do Ascher e do Nuno Portas. Não nos podemos esquecer do Teotónio Pereira, quando destaca as condições de habitabilidade e a dignidade dos bairros, nem a Lia Vasconcelos, pela forma como sistematiza os níveis de participação. O trabalho do Gestual, sobre as áreas marginais da cidade, capaz de relacionar a esfera técnica e a esfera social, é também para nós uma referência. Mais ligado ao projeto *Muita Fruta*², destaco a Pam Warhurst, que desenvolveu uma experiência piloto no Reino Unido ao nível das Paisagens Comestíveis, mas também o Bill Mollison e muitos outros autores...

Gestual: E quem são para vocês os beneficiários das vossas ações?

GF – No trabalho que fizemos no Bairro 2 de Maio, os beneficiários diretos foram os seus moradores, mas houve beneficiários indiretos, como nós próprios e os estudantes que se envolveram nestes processos e que ganharam experiência, bem como os departamentos da Câmara Municipal, que no seu envolvimento também ganharam experiência e uma melhor relação com a comunidade. Por sua vez, no Projeto *Muita Fruta*, estamos a valorizar o património ambiental da cidade e a reinterpretar a própria paisagem. A Locals tem um público muito lato. Eu gosto da ideia do Tiago Mota Saraiva de “trabalhar com os 99%”, mas ainda gosto mais da ideia de trabalhar com os 100%!

Gestual: Qual o vosso campo de ação preferencial ao nível da intervenção local? Têm vindo a alargá-lo?

GF – Tanto pode acontecer desenvolvimento local em meio urbano, com a reconfiguração de uma praça ou a construção de um equipamento comunitário, como em meio rural. O desenvolvimento local inclui, quer as cidades, quer as aldeias. Olhando para os incêndios que têm assolado o país, o desenvolvimento local rural tem de ser feito, quer ao nível da delimitação do cadastro, quer na sensibilização e prevenção dos incêndios. Os nossos destinatários são as pessoas. Procuramos perceber os recursos que temos à mão e reorganizá-los de forma a tirar o melhor partido deles, sempre tendo como base o envolvimento das pessoas que lá estão.

Gestual: Quais os princípios que norteiam a vossa abordagem ao nível da intervenção local? Em que é que se inspiram?

GF – Um dos princípios é o da horizontalidade. Geramos um processo horizontal, no qual convidamos as pessoas a participar e a assumir as suas responsabilidades. No Bairro 2 de Maio, procurámos não só envolver as pessoas, mas também contribuir para a sua emancipação. Ocuparam o bairro há mais de 40 anos, no dia 2 de Maio de 1974, logo a seguir ao 25 de Abril, mas depois deixaram de acreditar na sociedade e na defesa dos seus direitos, ficando à espera que a iniciativa partisse dos outros. Foram precisos quatro anos para os moradores incorporarem o que é um processo de organização e mobilização cívica e para voltarem a acreditar e a reorganizar-se para conquistar alguma coisa. Eles começaram a perceber que juntos e organizados podem dar continuidade ao que construímos juntos nestes quatro anos, sem nós estarmos lá.

JM – Não estamos com isto a dizer que os problemas do Bairro estão todos resolvidos. Continua a haver abandono escolar, violência doméstica, lixo no chão... A grande diferença é que, agora, já não são atores externos ao bairro que estão a identificar os problemas e a procurar soluções para eles: é a própria Associação dos Amigos do Bairro 2 de Maio, que integra moradores, pessoas da faculdade, de outras organizações e do setor privado. Cruzam-se várias esferas da sociedade civil e isso é muito importante. Esta Associação foca-se sobretudo no acompanhamento escolar e na promoção da cidadania. Esta

² Projeto da Cozinha Popular da Mouraria, em parceria com o Colégio F3 da Universidade de Lisboa e a LocalsApproach, financiado pelo programa BIP/ZIP da Câmara Municipal de Lisboa. Mais informação disponível em: <https://www.muitafruta.org/>

autonomia é a grande mais-valia do trabalho desenvolvido, não só pela u:icls/Locals, mas por todos os atores que participaram neste processo de emancipação.

Há também a questão da arquitetura. Foi-nos dada a oportunidade para reabilitar uma cave para a sede da Associação de moradores, a *Casa para Todos*. Este projecto e o do Largo do Cantinho, apesar dos processos terem sido diferentes, marcaram a dinâmica do Bairro. Assim podemos dizer que a arquitetura pode fomentar a integração sócio-espacial.

GF – A Casa para Todos teve um processo de trabalho, de projeto e de obra, com a porta aberta. Mais que a transformação física do espaço, funcionou como o *mindset* da comunidade. Os moradores perceberam que tinham ali um espaço onde se podiam apoiar. Apareceram pessoas com vários tipos de questões: à procura de casa, de apoio para obras em casa, de apoio para não serem despejadas, de apoio para filhos toxicodependentes, de local para as crianças terem explicações, ou de pessoas para falarem sobre a sua vida... Aquele projeto de arquitetura acabou por tocar em várias dimensões da vida dos moradores.

JM – Por melhores intenções e metodologias que tenhamos usado, se não tivéssemos trabalhado a questão da organização comunitária, hoje não haveria esta Associação, a *Casa para Todos*, nem haveria ninguém para continuar a dinamizar o espaço. Nem todos os projetos de arquitetura fomentam ou possibilitam a participação. Se promovermos desde o início do projeto a participação das comunidades locais e a transparência dos processos, a arquitetura pode contribuir para o desenvolvimento comunitário.

GF – Vou mais longe: este não foi só um projeto de arquitetura, foi um projeto de intervenção local em que utilizámos o pretexto da arquitetura para chegar às pessoas. A montante, houve um conjunto de atividades em torno da organização coletiva: festas, reuniões de consórcio onde eram convidados alguns moradores, pinturas de murais... Se não tivesse havido este fio condutor, a *Casa para todos* podia ter sido participada e ter tido obra de porta aberta, mas os moradores não teriam tido acesso à informação e experiência. Foi este esforço, ao mesmo tempo na intervenção física/espacial e na intervenção social, que permitiu responder a mais dimensões da vida social. É neste balanço que se cria a consciência cívica, a tomada de atenção para a cidadania ativa.

Gestual: Para além da emancipação, quais são os vossos objetivos específicos ao nível da intervenção local?

GF – Depende: é um exercício diferenciado e específico para cada local. Os objetivos do projeto no Bairro 2 de Maio foram diferentes do projeto no Casalinho. Têm em comum o estabelecimento de relações de proximidade e a participação como forma de reconhecimento territorial. Com as horas que estamos no terreno, absorvemos uma diversidade de dados qualitativos que não são integrados nos relatórios técnicos, mas são determinantes para compreender as comunidades e a vida nesses territórios.

Toda esta panóplia de dados que identificamos, sistematizamos e processamos deveriam ser absorvidos pelo sistema de gestão territorial, à escala municipal e local, para que as transformações fossem graduais e para que os moradores estivessem informados do que se está a fazer. Como é possível haver um *gap* tão grande entre os instrumentos de planeamento territorial decididos à escala municipal e a realidade e as necessidades locais?

Na plataforma da Câmara Municipal de Lisboa, consta o projeto de construção de 306 fogos no Campus Universitário de Lisboa, no terreno entre o Bairro 2 de Maio e o ISCSP (Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas). A elaboração dos planos municipais e de habitação ganhariam em ser articulados com os atuais moradores e em ter em conta os dados que os mediadores no terreno recolhem nos projetos de intervenção local, de forma a garantir o diálogo entre as diferentes comunidades que vão ali viver. Ou seja, os planos de urbanização e os planos de pormenor deveriam integrar um relatório de participação, consubstanciado pelo trabalho de terreno, de forma a que os espaços projetados respeitem as pré-existências, não só ambientais, mas também sociais, incluindo os atuais residentes e os seus modos de vida. Se este conhecimento for previamente integrado, o valor da operação urbanística será muito potenciado.

Gestual: Estás a propor que a elaboração e implementação de planos municipais ou de habitação integrem a figura do mediador entre os técnicos dos planos e o território, de forma a garantir a inclusão das pré-existências sociais nas transformações propostas? Ou seja, estás a propor um novo papel para o arquiteto?

JM – Deveriam formar-se equipas multidisciplinares para facilitar o trabalho do arquiteto que está na Câmara e que não tem necessariamente que sair do gabinete, mas também dos agentes que estão no terreno a desenvolver um processo de facilitação e de comunicação. O relatório permitiria: responder a questões que se levantam no quotidiano do terreno; informar quer os técnicos das câmaras quer os moradores; garantir a transparência dos processos; e facilitar a gestão urbana. No projeto do Largo do Cantinho, a mediação com os moradores permitiu a geração de auto estima e a melhoria do seu quotidiano. As pessoas passaram a sentir que a proposta ou a intervenção tinha um toque seu.

GF – Cruzam-se dados e a análise torna-se mais complexa. A mediação permite gerar novos espaços mais adequados à realidade.

JM – Há outra coisa que gostava de destacar: a criatividade. Os arquitetos passam cinco anos a estudar, mas as questões do envolvimento dos moradores e da participação não são aprofundadas. Já existem muitas técnicas de participação. Da mesma forma que o arquiteto desenvolve a capacidade criativa para resolver um problema ao nível do espaço, também se deve apostar na criatividade ao nível do envolvimento das pessoas, da incorporação do seu conhecimento e da discussão participada do plano.

GF – As operações urbanísticas têm grandes impactes, positivos e negativos, na vida das pessoas, por isso, quer os atuais residentes, quer os novos, devem ser tidos em conta.

Gestual: Nas vossas intervenções, como têm feito essa mediação e como têm garantido a participação das pessoas?

GF – É com base nas regras de convívio e com a forma de se relacionar. Se eu chegar a tua casa e dizer “esta mesa aqui está mal” e começar a mexer na mesa, estou a ser invasivo. Mas, se chegar ao pé de ti e te propuser “vamos os dois desenhar a tua casa e ver como podemos otimizar o espaço?”, a tua reação será diferente. O nosso trabalho é muito tático porque estamos a trabalhar com as pessoas e temos de ter em conta os seus interesses, expectativas e frustrações. Eu não posso decidir sozinho: “vamos fazer agora uma assembleia com trinta pessoas do bairro.” As pessoas têm a sua rotina, têm o seu trabalho, têm de dar comida aos filhos, têm de os ajudar a fazer os trabalhos de casa e muitas outras coisas. Para realizar uma assembleia têm de se envolver os

atores-chave locais que possam dinamizar o debate e garantir que a assembleia seja produtiva. As pessoas têm de sair com a sensação de que ganharam algo. Podemos ter um plano, mas as etapas vão-se alterando em função das dinâmicas locais.

JM – Tudo depende dos recursos que temos, de com quem estamos a trabalhar e, sobretudo, do objetivo final. Deve-se traçar um bom plano inicial, mas o alcance dos resultados varia de semana para semana. Estes processos são muito dinâmicos, quer para os técnicos, quer para os próprios moradores e para o território, portanto é difícil definirmos um plano rígido até ao final. No Bairro 2 de Maio chamámos a esta interação de “dinâmicas efervescentes”. Quando se inicia um projeto, traçamos as ideias base, mas quando começamos a concretizá-las, são necessários novos inputs, dando azo a novas atividades.

Gestual: Qual a vossa articulação com entidades externas e outros parceiros? E quais têm sido as vossas principais fontes de financiamento?

GF – Temos tido financiamento da Câmara Municipal de Lisboa, através do Programa BIP/ZIP, e da Fundação Calouste Gulbenkian, através de um programa de cooperação bilateral. Neste caso, estabeleceu-se uma parceria com a ONG *Citizens Foundation*, na Islândia, em particular com os seus fundadores, Gunnar Grímsson e Robert Bjarnason. Eles montaram uma plataforma de participação cidadã, sem qualquer vínculo com o governo. Um candidato a presidente do município de Reykjavik, sem programa eleitoral próprio, utilizou as ideias mais votadas da plataforma. Foi um sucesso.

JM – Apesar de mantermos algumas parcerias da Locals, queremos conhecer e envolver novas pessoas, novas associações e novos organismos que fazem trabalhos diferentes, mas com a mesma linha. Todavia, a relação com os parceiros pode correr bem, criando-se boas sinergias, ou correr mal, devido a diferentes visões do mundo e diferentes culturas organizacionais e isto também tem que ser exposto e falado. Temos de conhecer melhor os parceiros e perceber quem está do nosso lado ou no lado oposto. As organizações são compostas por pessoas e conhecer essas pessoas é importante. Hoje valorizamos mais a qualidade do que a quantidade de parceiros.

Gestual: Que obstáculos têm tido nos processos em que têm estado envolvidos?

GF – Estamos a trabalhar numa esfera de poderes partilhados, em que todos temos uma palavra a dizer. Acontecem fricções porque, para alguns, não é fácil ceder, delegar ou deixar de exercer determinado poder, por receio de perder o fio condutor ou o protagonismo. A partilha de poder e de (co)responsabilidade, quer ao nível dos parceiros, quer das entidades públicas e privadas, não é fácil. Não nos interessa repetir parcerias quando as formas de fazer e de alcançar objetivos são muito distintas.

JM – As responsabilidades de cada parceiro podem ser claras e não ser cumpridas. Existe demagogia, populismo e falsas promessas, não só na esfera política, mas também na esfera associativa. Temos de trazer de volta a emoção e o sentimento para estas esferas: é necessário decidir com base na racionalidade, mas também com base na sensibilidade.

Gestual: Como ultrapassam os obstáculos? Como conseguem atingir os vossos objetivos e avançar nessa meta de colaborarem para um mundo melhor?

GF – Uma das formas de ultrapassar obstáculos é por via da resiliência. É estimulante ter obstáculos e querer ultrapassá-los.

JM – Os obstáculos existem e são bastantes, mas procuramos solucioná-los de forma criativa. É também uma questão de tática e de sensibilidade, porque estamos a tratar de relações entre pessoas. Às vezes, basta uma palavra para estragar uma relação, portanto é importante medir aquilo que dizemos e fazemos. Há que procurar a melhor forma de comunicar e de dar a volta à situação. E não desistir. Acreditarmos no que estamos a fazer, embora haja dias em que questionamos o caminho.

GF – Temos o sentido de missão e de resiliência. Gostamos da ideia de que *o mais forte não é o que bate mais forte, mas o que se adapta melhor*. Se é com as comunidades que queremos trabalhar, temos que perceber os recursos de que dispomos para ultrapassar os problemas, trabalhá-los em conjunto e perceber quais os limites e os obstáculos a ser suplantados. Se fosse para nos deixarmos abater pelos obstáculos, nem valia a pena existirmos enquanto Associação.

Gestual: O que gostariam de dizer aos estudantes de arquitetura e urbanismo que pretendem trabalhar, com alguma autonomia, em urbanismo participado e constituir em grupo organizado?

JM – Falem com amigos e desconhecidos, porque na mesa ao lado pode estar um colega que pensa como vocês. Partilhem conhecimento. Lembrem-se que basta um passo para começar uma ação. Se o Gonçalo não tivesse ido falar com a Isabel Raposo, talvez nunca tivesse acontecido nada, apesar da nossa vontade de fazer. Quando queres mesmo uma coisa, o universo fala contigo.

GM – Não se deixem guiar a 100% pelo programa que vos é dado na faculdade, porque esse programa é para vos dar um conjunto de ferramentas, não para determinar o vosso caminho. Se só seguirem por ali, vão ser iguais aos colegas do lado. É sobretudo nas atividades que desenvolvem extra faculdade que conseguem apurar a vossa sensibilidade para resolver problemas. Ela depende muito das experiências que cada um tem. Não é necessário viajarmos para o estrangeiro para termos experiências, basta estarmos atentos ao lugar onde estamos e querermos resolver os problemas com que nos deparamos. Não é só a faculdade que interessa. Há todo um mundo lá fora. Na faculdade encontras as ferramentas e nos passeios da tua vida encontras os pretextos.